

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões

INTENÇÃO DE RECURSO:

Aceco TI S.A registra intenção de recorrer da decisão que declarou a empresa GEMELO vencedora do certame, que a referida empresa não tem condições de atender ao escopo do edital incluindo a qualificação técnica conforme restará comprovado na peça recursal.

Fechar

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões

RECURSO :

ILMO. SR. PREGOEIRO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Pregão Eletrônico nº 23/2019

ACECO TI S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 43.209.436/0001-06, com sede Avenida Fabio Eduardo Ramos Esquivel, nº 2100, Galpão nº 2, Canhema, CEP 09941-202, Diadema/SP, interpor RECURSO em face da decisão que habilitou e declarou vencedora do certame a empresa GEMELO DO BRASIL DATA CENTERS, COMERCIAL E SERVICOS LTDA, com fundamento nas razões de fato e de direito a seguir aduzidas.

I - INTRÓITO

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, está processando o Pregão Eletrônico nº 23/2019, cujo objeto é a "Prestação de serviços contínuos de suporte e de manutenção preventiva e corretiva, em regime 24h por dia, 7 dias por semana e 365 dias por ano, com fornecimento de peças originais ou equivalentes (quando expressamente permitidas) e quaisquer outros insumos necessários."

Após o término da etapa de lances, a empresa Gemelo do Brasil S/A, doravante nominada Recorrida, foi habilitada e declarada vencedora do certame por ter apresentado o menor lance.

Entretanto, tal decisão não deve prosperar, considerando que a documentação de habilitação da Recorrida, não atende as exigências do Edital, consoante restará sobejamente demonstrado a seguir.

II - DAS RAZÕES QUE FUNDAMENTAM A REFORMA DA DECISÃO RECORRIDA

II.I – Da inexistência de atestado de manutenção de ambientes certificado

O Edital, em sua exigência de Qualificação Técnica, especificamente item 10.1.7.b, exige a apresentação de:

" Um ou mais atestados de capacidade técnica-operacional, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante já executou serviço compatível com cada um dos serviços listados no item 1.1 deste Termo de Referência, contemplando os seguintes aspectos:

1.b.1. Manutenção de ambientes do tipo data center modular ou sala cofre com Certificação ABNT NBR 10636, consistindo de elementos modulares (paredes, piso e teto) e porta, todos resistentes a fogo, de forma a manter o ambiente certificado." (grifo nosso)

Para atendimento a exigência acima, a empresa Recorrida apresentou 03 (três) atestados de capacidade, SEGPLAN, IMA e CNPEM, sendo que nenhum atende a exigência do Edital:

- SEGPLAN-GO – menciona:

" Revestimento fibro-cerâmico TOTAL (FIRE-WRAP) ensaiado pelo IPT conforme norma NBR 10636;
• Níveis PC120 e CF 60, relatório no 1 082 360-203"

- IMA – menciona:

" Revestimento fibro-cerâmico TOTAL (FIRE-WRAP) que suporta 120 Minutos de contenção de incêndio, com temperaturas de até 1100 Graus Celsius"

- CNPEM – menciona:

" Revestimento fibro-cerâmico TOTAL (FIRE-WRAP) que suporta 120 Minutos de contenção de incêndio, com temperaturas de até 1100 Graus Celsius"

Note-se que nenhum atestado apresentado, cita Container ou Sala Cofre ou data center modular com certificação ABNT NBR 10.636, o que não ocorre por lapso ou mera questão formal e sim porque todos os atestados apresentados referem-se a soluções fornecidas pela Recorrida, a qual até onde sabemos, não detém solução certificada ABNT NBR 10.636.

Como consequência, portanto, nenhum dos atestados apresentados comprova que a Recorrida manteve o ambientes de Data Center mantidos certificados, pois esses já não possuíam a certificação.

Nessa seara, além da exigência de manter o ambiente certificado constante na habilitação, ainda é exigido claramente através de comprovações no Termo de Referência, especificamente item 3.6:

"Por conta disso, a Contratada deverá comprovar, na assinatura do contrato e a cada 6 (seis) meses, capacidade técnica para prestar serviços em data center modular certificado com a ABNT NBR 10636"

Considerando que a norma ABNT NBR 10.636, prescreve o método de ensaio, classifica e gradua, quanto a resistência ao fogo (isolamento térmico, estanqueidade e estabilidade) de um corpo de prova, representativo do elemento de construção, incluindo todos os tipos de juntas previstas, sistemas de fixação e apoio, acabamentos que representam a condição de uso, incluindo portas e vedadores, quando são igualmente integrados, como no caso da solução do TRE-BA.

Qualquer alteração nos elementos, vedações, porta, juntas e sistemas de apoio, por solução/produto diferente da testada pelo fabricante, impacta em alteração do produto, consequentemente a solução perderá sua condição inicial e condição de certificação,

Assim com efeito, por força do princípio do julgamento objetivo, a Administração está impedida de desvirtuar os critérios objetivamente definidos no edital, de forma a proferir julgamento que não se harmoniza com as regras traçadas por ela própria para a licitação.

Por essa razão, a jurisprudência pátria é uníssona em reconhecer que não é nulo o ato que desclassifica ou inabilita licitante que desobedeceu a critério objetivo do Edital – tal como deveria ter procedido o TRE-BA com relação à Recorrida -, conforme se pode constatar do seguinte precedente da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça:

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. DESCLASSIFICAÇÃO POR DESCONFORMIDADE DA PROPOSTA À CONDIÇÃO FIXADA NO EDITAL. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. SEGURANÇA DENEGADA.

Não é nulo o ato desclassificatório de proposta fundado na desobediência de critério objetivo pertinente ao limite expresso no edital como contraprestação máxima que a Administração se dispôs a pagar pelos serviços licitados. Segurança denegada."

(STJ. Corte Especial. MS 7256/DF. Rel. Min. CESAR ASFOR ROCHA. DJ de 12/085/2003, p. 183 – grifou-se)

Cumprir invocar, ainda, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, por força do qual o poder discricionário da Administração esgota-se com a elaboração do edital, sendo certo que a partir de então todos os atos praticados por ela deverão estar estritamente vinculados ao edital, que é a lei interna da licitação.

No particular, confira-se o seguinte precedente do Superior Tribunal de Justiça, transcrito no que interessa:

EMENTA: "MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. OBRAS PARA A TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO. FALTA DE MOTIVAÇÃO DO ATO EMANADO DO SR. MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. DECADÊNCIA DO DIREITO DE IMPUGNAR O EDITAL. LITISPENDÊNCIA. PRELIMINARES AFASTADAS. RECURSO ADMINISTRATIVO PROVIDO PARA INABILITAR O CONSÓRCIO FORMADO PELAS IMPETRANTES. INOBSERVÂNCIA DAS NORMAS DE REGÊNCIA DA LICITAÇÃO EM COMENTO. ESCLARECIMENTOS PRESTADOS PELA COMISSÃO DE LICITAÇÃO EM COMPLEMENTO AO EDITAL 2/2007. CARÁTER VINCULANTE. ALTERAÇÃO DAS REGRAS NO MOMENTO DA APRECIÇÃO DO RECURSO ADMINISTRATIVO. IMPOSSIBILIDADE. SEGURANÇA CONCEDIDA.

(...)

4. Consoante dispõe o art. 41 da Lei 8.666/93, a Administração encontra-se estritamente vinculada ao edital de licitação, não podendo descumprir as normas e condições dele constantes. É o instrumento convocatório que dá validade aos atos administrativos praticados no curso da licitação, de modo que o descumprimento às suas regras deverá ser reprimido. Não pode a Administração ignorar tais regras sob o argumento de que seriam viciadas ou inadequadas. Caso assim entenda, deverá refazer o edital, com o reinício do procedimento licitatório, jamais ignorá-las. (...)"

(STJ. Primeira Seção. MS 13005/DF. Rel. Min. Denise Arruda. DJe de 17/11/2008 – grifou-se)

Portanto, sendo inconteste a inobservância da norma contida no subitem 10.1.7 alínea "b", subitem 1.b.1 é imperativa a reforma da decisão impugnada, para inabilitar a Recorrida da licitação em comento.

III – DOS PEDIDOS

Ante o exposto, a Aceco TI S/A requer o i. Pregoeiro que:

i. reformar a decisão, para inabilitar a empresa Gemelo do Brasil S/A da licitação em comento, considerando o descumprimento dos requisitos de qualificação técnica do Edital;

Caso entenda pela improcedência do pedido, o que se admite apenas para argumentar, requer a remessa do presente recurso à autoridade hierarquicamente superior, onde confia serão acolhidas as razões recursais.

Termos em que pede deferimento.

De São Paulo para Salvador, 07 de Agosto de 2019

ACECO TI S/A

Fechar

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões

CONTRA RAZÃO :

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA – TRE-BA, DESIGNADO PELA PORTARIA N.º 71, DE 04 DE ABRIL DE 2019,

Pregão Eletrônico nº 23/2019

Processo Administrativo Digital (PAD) nº 8171/2018

GEMELO DO BRASIL DATA CENTERS, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.888.247/0001-84, com sede na Alameda Grajaú, nº60 – Cj's 2116 a 2118 - Alphaville Industrial – Barueri SP, CEP: 06454-050, vem respeitosamente a presença de Vossa Senhoria, com fulcro na Seção XII, item 12.5., do Edital do referido Pregão Eletrônico e no artigo 4º, Inciso XVIII, da Lei 10.520/2002 e artigo 26, do Decreto nº 5.450/2005, apresentar tempestivamente suas

CONTRARRAZÕES DE RECURSO,

referente à interposição recursal oferecida pela ACECO TI S.A., conforme passa a expor:

1. SÍNTESE DAS RAZÕES DE RECURSO

Inconformada com a habilitação e declaração de que a Recorrida é vencedora do Pregão Eletrônico nº 23/2019 – TRE-BA, a Recorrente insurge alegando descumprimento das exigências da qualificação técnica, em especial o subitem 10.1.7., alínea “b”, do Edital.

A Recorrente alegou a falta de apresentação de Atestado de Capacidade Técnica que atenda a exigência do Edital.

Sustenta que os Atestados de Capacidade Técnica apresentados, emitidos por SEGPLAN-GO, CNPEM e IMA, não citam Container ou Sala Cofre ou Data Center Modular com certificação ABNT NBR 10.636, alegando ainda que a Recorrida não detém solução certificada na referida norma, e que, o item 3.6, do ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA determina comprovar, na assinatura do contrato e a cada 6 (seis) meses, capacidade técnica para prestar serviços em data center modular certificado com a ABNT NBR 10636.

Requeru que seja dado provimento ao recurso para inabilitar a Recorrida Gemelo do Brasil Data Centers, Comércio e Serviços Ltda, considerando o descumprimento dos requisitos de qualificação técnica do Edital e, no caso de improcedência do recurso, que seja remetido para autoridade hierarquicamente superior para reexame.

2. CONTRARRAZÕES DE RECURSO

2.1. Do cumprimento do Edital

Nobre(s) Julgador(es), nota-se que o Edital foi cumprido pela Recorrida à risca, pois, não há qualquer fato alegado em sede recursal que subsista à análise já feita pela Comissão de Licitação com a presença e participação do Departamento Técnico do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, e que passamos a rebater.

2.1.1. Do cumprimento do subitem 10.1.7., alínea “b”.

Antes de adentrarmos no requisito do subitem que a Recorrente alega que a Recorrida não atendeu é importante uma abordagem a respeito da norma ABNT NBR 10.636.

Inicialmente cumpre esclarecer que a norma ABNT NBR 10.636 foi desenvolvida para tratar a respeito de paredes não estruturais e portas corta-fogo. É o que se extrai do próprio documento técnico, no seu item 1, que trata do objetivo da norma, que ora transcrevemos:

1 Objetivo

1.1 Esta Norma prescreve o método de ensaio, classifica e gradua, quanto à resistência ao fogo, as paredes e divisórias sem função estrutural, não tratando, porém, da toxicidade dos gases emanados pelo corpo-de-prova durante a realização dos ensaios.

1.2 Esta Norma é aplicável somente às instalações terrestres.

1.3 Os procedimentos de ensaio descritos por esta Norma permitem a determinação da resistência ao fogo de paredes e divisórias, sem função estrutural, tomando-se por base, o tempo durante o qual o corpo-de-prova, representativo do elemento de construção, mantém-se íntegro quanto aos critérios aqui estabelecidos, quando submetido às condições padronizadas de aquecimento e de pressão.

É igualmente necessário afirmar que o documento editalício descreve o local onde vão ser prestados os serviços a serem contratados, sem trazer qualquer informação efetiva sobre certificação do Container Data Center (CDC) de que trata. Senão vejamos a transcrição:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

(...)

1.1.1.Contêiner Data Center (CDC): Equipamento tipo data center modular MF120 (marca ACECO/TI), com área de 17,84 m2, devendo contemplar o data center modular, o piso elevado e a limpeza, conforme especificações (Anexo A);

ANEXO A

exposta ao fogo superem determinados limites.

O posicionamento da Recorrida perante a análise dos termos do Edital e sabedora de não haver certificação do ambiente seguro que correspondente ao Contêiner Data Center (CDC) do TRE-BA e que a norma ABNT NBR 10.636 trata somente da definição descrita no seu item 3, atendeu ao requisito de comprovação da capacidade técnica-operacional através de Atestados de Capacidade Técnica da fabricação, instalação e manutenção de Data Centers Modulares Seguros de execução Outdoor que atendem os requisitos da referida norma para 120 minutos de exposição ao fogo de até 1100 Graus Celsius, amparado em Laudo de Testes feitos pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT (relatório nº 1 082 360-203 / nº 1 101 224-203), que tem seu Laboratório acreditado pelo INMETRO.

Cumpra esclarecer ainda que o Tribunal Regional Eleitoral da Bahia pode diligenciar até os equipamentos referentes aos Atestados de Capacidade Técnica apresentados para a aferição da correspondência com o objeto do pregão, assim como pode diligenciar até a Fábrica da Recorrida para ver o domínio da construção de Data Center Modular Seguro de execução Outdoor que se assemelha ao Contêiner Data Center (CDC) do TRE-BA, onde o próprio domínio da construção é fato que atesta a capacidade técnica-operacional.

Assegurar o menor preço para a contratação é medida que se impõe à administração pública.

Pelo exposto, não se sustenta as alegações recursais, merecendo que seja mantida a habilitação da Recorrida.

3. PEDIDO

Por todo o exposto, requer ao Ilustre Pregoeiro que mantenha a decisão administrativa que habilitou e declarou vencedora do certame a Recorrida Gemelo do Brasil Data Centers, Comércio e Serviços Ltda., tudo pelo óbvio, consubstanciado na regularidade da documentação apresentada e habilitação equivocadamente combatida.

No caso de haver reforma na decisão administrativa combatida, o que não se espera, requer que o processo seja remetido à apreciação da autoridade hierarquicamente superior, que certamente acolherá as presentes contrarrazões, decidindo pela manutenção da decisão administrativa que habilitou e declarou vencedora do Pregão Eletrônico nº 23/2019 – TRE-BA, a Recorrida Gemelo do Brasil Data Centers, Comércio e Serviços Ltda.

Devido o sistema não permitir envio de imagem, o mesmo recurso foi enviado também para o e-mail: gsconceicao@tre-ba.jus.br

Termos em que pede deferimento.

GEMELO DO BRASIL DATA CENTERS, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.
Sidney Fabiani da Silva
Presidente
CPF/MF nº 104.354.828-90
RG nº 16.174.754-1

Fechar



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – BA
COMISSÃO DE PREGÃO

LICITAÇÃO POR PREGÃO
N.º 23/2019

PAD 8.171/2018

**CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO DE SUPORTE E DE MANUTENÇÃO
PREVENTIVA E CORRETIVA, EM REGIME 24H POR DIA, NO CONTÊINER
DATA CENTER (CDC), COM FORNECIMENTO DE PEÇAS ORIGINAIS OU
EQUIVALENTES.**

RECURSO ADMINISTRATIVO

Trata-se de recurso administrativo interposto tempestivamente por meio do sistema Comprasnet, pela empresa Aceco - TI S/A, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 43.209.436/0001-06 com sede à avenida Fábio Eduardo Ramos Esquivel, nº 2.100, Galpão nº 2, Canhema, CEP 09941-202, Diadema - SP, com fulcro na alínea “b” do inciso I, do art. 109 da lei 8.666/93, contra a decisão do Pregoeiro que declarou vencedora do certame para o item 1 a empresa Gemelo do Brasil Data Centers, Comércio e Serviços Ltda. Pessoa Jurídica de Direito Privado, CNPJ: 03.888.247/0001-84, concernente ao Pregão nº 23/2019, deste Tribunal, que trata da Contratação de Serviços contínuo de suporte e de manutenção preventiva e corretiva, em regime 24h por dia, no contêiner data center (cdc), com fornecimento de peças originais ou equivalentes, conforme especificado no anexo 1 do edital.

1 – DAS RAZÕES DO RECORRENTE.

Inicialmente, cabe salientar que a empresa Aceco - TI S/A, registrou intenção de recorrer de forma imediata e motivada no momento e prazo oportunos através do sistema Comprasnet, conforme documento juntado ao PAD, sendo aceito pelo Pregoeiro por entender que os requisitos recursais foram devidamente atendidos.

Na defesa de suas razões, a recorrente descreve a ocorrência do fato, em síntese alega que a licitante vencedora não cumpriu os requisitos de qualificação técnica segundo preconizado no item 10.1.7, subitem 1.b.1, do Edital. Aduz , ainda, a recorrente que nenhum dos atestados apresentados pela recorrida cita Contêiner ou sala cofre ou data center modular com certificação ABNT NBR 10.636.

Por fim, requer a reforma da decisão que habilitou a empresa Gemelo do Brasil Data Centers, Comércio e Serviços Ltda, por descumprimento das condições de habilitação técnica:



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – BA
COMISSÃO DE PREGÃO

"subitem 1.b.1, Manutenção de ambientes do tipo data center modular ou sala cofre com Certificação ABNT NBR 10636, consistindo de elementos modulares (paredes, piso e teto) e porta, todos resistentes a fogo, de forma a manter o ambiente certificado."

(...)

"Note-se que nenhum atestado apresentado, cita Container ou Sala Cofre ou data center modular com certificação ABNT NBR 10.636, o que não ocorre por lapso ou mera questão formal e sim porque todos os atestados apresentados referem-se a soluções fornecidas pela Recorrida, a qual até onde sabemos, não detém solução certificada ABNT NBR 10.636."

II – DAS CONTRARRAZÕES

Na apresentação das contrarrazões, o licitante vencedor justifica sua capacidade técnica, argumentando que cumpriu à risca as exigências editalícias, ao tempo que rechaça as razões da recorrente, examinando a essência da ABNT NBR 10.636, conforme abaixo:

"Inicialmente cumpre esclarecer que a norma ABNT NBR 10.636 foi desenvolvida para tratar a respeito de paredes não estruturais e portas corta-fogo. É o que se extrai do próprio documento técnico, no seu item 1, que trata do objetivo da norma, que ora transcrevemos:

1 Objetivo

1.1 Esta Norma prescreve o método de ensaio, classifica e gradua, quanto à resistência ao fogo, as paredes e divisórias sem função estrutural, não tratando, porém, da toxicidade dos gases emanados pelo corpo-de-prova durante a realização dos ensaios.

1.2 Esta Norma é aplicável somente às instalações terrestres.

1.3 Os procedimentos de ensaio descritos por esta Norma permitem a determinação da resistência ao fogo de paredes e divisórias, sem função estrutural, tomando-se por base, o tempo durante o qual o corpo-de-prova, representativo do elemento de construção, mantém-se íntegro quanto aos critérios aqui estabelecidos, quando submetido às condições padronizadas de aquecimento e de pressão.

(...)

Registre-se ainda que o Edital NÃO trouxe o registro do selo ou placa de certificação que deve trazer o tipo do produto, número de série, data de fabricação e o número de controle da ABNT, para o Contêiner Data Center (CDC) do TRE-BA.

Nesse sentido, e sem qualquer comprovação da condição subjacente de produto conforme, deve ser afastada a necessidade de manutenção da certificação ABNT NBR 10.636, que pode ter servido somente para uma tentativa de restringir a participação de empresas interessadas no certame.

Corrobora a afirmativa de ausência de certificação do Contêiner Data Center (CDC) do TRE-BA, o que se extrai da primeira parte do item 3.6, do Anexo I – Termo de Referência, que foi omitida pela Recorrente e que transcrevemos: (nosso grifo)



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – BA
COMISSÃO DE PREGÃO

3.6. O data center modular do TRE/BA foi construído segundo a Norma ABNT NBR 10636, a mesma que estabelece proteção contra ameaças físicas para salas-cofre. Além de afirmar que o data center modular do TRE/BA foi somente construído segundo a Norma ABNT NBR 10.636, e não certificado, nota-se que o equiparou a uma sala-cofre, nos autorizando informar que, em sendo o produto uma unidade de armazenamento de sistemas de hardware com proteção contra-fogo e outros possíveis agressores seria possível submeter-se a Certificação de Conformidade somente com Norma Específica, qual seja a ABNT NBR 15.247. Senão vejamos o que se extrai do item 1 – Objetivo – da Norma ABNT NBR 15.247:

III- DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Dos Fundamentos da Decisão do Pregoeiro.

Examinando as razões apresentadas pela empresa Aceco – TI S/A, em confronto com a condição 10.1.7 do Instrumento Convocatório, bem como os atestados de capacidade técnica fornecidos pelas empresas Segplan-Go e Ima, ambos enviados pela empresa Gemelo do Brasil Data Centers percebe-se claramente que foram atendidas as premissas contidas na condição 10.1.7, subitem 1.b.1., conforme explicitado a seguir:

O atestado de capacidade técnica da **Segplan – Go**, no contrato de prestação de serviço está consignado o atendimento ao subitem em apreço.

- Deverá possuir em sua composição painéis corta-fogo com resistência a fogo de 120 minutos conforme **NBR 10.636**.
- O contêiner deverá ser capaz de manter-se íntegro se exposto externamente por até 120 (cento e vinte) minutos a temperatura de até 1100°C (**aderente à norma NBR 10.636**), além de possuir sistema inteligente de detecção e extinção de incêndio interno.

Confirmando o cumprimento das exigências citada no edital pertinente ao subitem 1.b.1, o atestado de qualificação técnica fornecido pela empresa **Ima** consta a seguinte informação:

- Revestimento fibro-cerâmica TOTAL (FIRE-WRAP) conforme a norma NBR 10.636 no nível PC120 CF120.

Quanto ao argumento da licitante recorrente de que nenhum dos atestados apresentados, cita Container ou Sala Cofre ou data center modular com **certificação ABNT NBR 10.636**. Não vejo como prosperar o argumento citado, até porque, o item 3.6 do Termo de Referência dispõe que “A contratada deverá comprovar na assinatura do contrato e a cada 6 meses, capacidade técnica para prestar serviços em data center modular certificado com ABNT NBR 10.636”



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – BA
COMISSÃO DE PREGÃO

Constata-se que a exigência Editalícia reivindica a comprovação do disposto no item 3.6, na assinatura do contrato; e salvo melhor entendimento, de acordo com o item em comento a empresa licitante deve comprovar capacitação técnica. Não se vislumbrando descumprimento do Edital ou ofensa ao instituto da vinculação ao Instrumento Convocatório previsto no Art. 3º da 8.666/93

Com a finalidade de melhor fundamentar sua decisão, o Pregoeiro submeteu o recurso da Aceco TI S/A à análise da área técnica que se manifestou através do (doc 168.561/2019) nos seguintes termos:

“Em resposta ao recurso apresentado pela licitante ACECO/TI, tecemos as seguintes considerações:

- a. a Norma ABNT NBR 10636 prescreve o método de ensaio, classifica e gradua, quanto à resistência ao fogo, as paredes e divisórias sem função estrutural, não tratando, porém, da toxicidade dos gases emanados pelo corpo-de-prova durante a realização dos ensaios;*
- b. o atestado apresentado pela recorrida (Gemelo do Brasil) comprova que a mesma já efetuou serviço compatível (qual seja, manutenção data center modular ou sala cofre com certificação ABNT NBR 10636), atendendo ao item 1.b.1. Tal comprovação é inferida pelo fato de o referido atestado citar explicitamente o método utilizado: ABNT NBR 10636: 1989 - “Divisórias sem Função Estrutural – Determinação da Resistência ao Fogo” (Item 2. MÉTODO UTILIZADO);*

Assim, concluímos que a homologação da licitante recorrida ocorreu de maneira regular, não cabendo prosperar as alegações da recorrente.

(...)

IV- DA CONCLUSÃO.

Diante do exposto a cima entende o Pregoeiro que o recurso interposto pela empresa **Aceco TI S/A**, não merece acolhimento, em razão dos argumentos por ela apresentados carecerem de consistência, visto que as alegações da recorrente não encontram sustentáculo no Instrumento Convocatório, pois os atestados de capacidade técnica apresentados pela empresa declarada vencedora, atendem perfeitamente as exigências do Edital.

Deste modo manifesto pela improcedência do recurso apresentado pela recorrente, e mantenho a habilitação da empresa vencedora, **Gemelo do Brasil Data Centers, Comércio e Serviços Ltda.**



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – BA
COMISSÃO DE PREGÃO

É a manifestação, que ora submete-se à análise do Senhor Diretor-Geral deste Regional.

De ordem, à Assessoria Especial do Diretor-Geral.

Salvador, em 19 de agosto de 2019.

Gilson Soares da Conceição
Pregoeiro